

2 **Leque salarial na Suíça: mais desigualdade**

3 **Dia 1 de Outubro: Dia Internacional das Pessoas Idosas**

4 **Projeto Portugal: uma formação da construção civil que vale a pena**

Nr. 5 | Setembro 2022 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Por um duplo NÃO ao desmantelamento do AHV-AVS!

Mulheres e famílias sob pressão económica

26 000 Francs de rente en moins?

AVS 21

2x NON

Payer plus pour recevoir moins?



Pagar mais para receber menos? Não à AHV-AVS 21

Os partidos da direita querem reformar o seguro solidário de pensões de velhice AHV-AVS à custa das mulheres. Com a sua proposta de revisão AHV-AVS 21, são afetados também os homens e as famílias. Agora é necessário um duplo NÃO ao desmantelamento do AHV-AVS

Brigitta Bernet

Reduzir os direitos sociais é o cavalo de batalha dos partidos da centro-direita e dos neoliberais em toda a Europa. Atualmente, o alvo são os sistemas de previdência para a velhice, onde cortes nas pensões públicas, acompanhadas de privatizações, poderão levar a transferência de milhares de milhões para o setor privado. Na Suíça, estes objetivos estão atualmente concentrados na proposta de revisão AHV-AVS 21, sobre a qual vamos votar a 25 de setembro. Esta reforma quer aumentar a idade de reforma das mulheres para os 65 anos, subindo ao mesmo tempo o IVA em 0,4%. Embora atualmente as pensões de velhice das mulheres sejam um terço mais baixas do que as dos homens, estas pensões deverão ser reduzidas em 7 mil milhões de francos durante a próxima década. Isto significa que no futuro cada mulher perderia cerca de 26 000 francos em rendimentos.

Não a mais deterioração das pensões das mulheres!

O verdadeiro problema de muitos reformados no dia a dia é que as pensões são demasiado baixas. Frequentemente, estas prestações não chegam para uma vida digna na velhice. Isto é em especial o caso das mulheres. Elas trabalham muitas vezes em profissões desgastantes, mas mal remuneradas – tais como limpezas, vendas e cuidados de saúde. São sobretudo as mulheres que cuidam dos filhos, netos, pais idosos e familiares doentes. E, por essa razão, trabalham muitas vezes em part-time, o que significa rendimentos mais baixos. Em geral, as mulheres ganham menos 33% que os homens. É por isso que hoje em dia têm pensões injustamente baixas. Enquanto esta situação não mudar, a equiparação das idades de reforma conduzirá a pensões ainda piores. Está fora de questão que justamente as mulheres tenham de pagar por uma reforma que agrava os seus problemas, em vez de os resolver!

Não ao retrocesso social

A proposta de revisão AHV-AVS21 não só ignora a má situação das pensões de reforma das mulheres, mas também a realidade no mercado de trabalho. Quem tem mais de 60 anos de idade, dificilmente consegue encontrar emprego. A proposta de revisão AHV-AVS21 levaria mais pessoas ao desemprego de longa duração e à dependência da ajuda social - com graves consequências para os migrantes em termos de direito de residência na Suíça. A revisão AHV-AVS 21 obriga o Conselho Federal a apresentar até 2026 uma próxima proposta de revisão que coloque sobre a mesa um aumento da idade de aposentação para todos. Uma iniciativa da Juventude liberal, a ala juvenil do Partido liberal-radical, vai ainda mais longe, exigindo o aumento da idade da reforma para os 67 anos ou mais. Mas não é só o AHV-AVS que está sob ameaça. No 2.º pilar para a ameaça de outros cortes significativos com a proposta BVG-LPP 21. Também aqui, no futuro, teremos de pagar mais por pensões de reforma mais baixas. A proposta de revisão AHV-AVS21 é apenas a

primeira etapa. Só um claro NÃO pode contrariar este processo.

Pagar mais e receber menos?

Este projeto de reforma AHV-AVS 21 também está errado porque está vinculado a um aumento, 0,4% do IVA. Este financiamento suplementar do AHV-AVS não é apenas antissocial. Na situação atual, seria fatal porque o salário real e o poder de compra estão a diminuir devido à inflação. Os preços de bens e serviços já estão a subir. Além disso, para o outono, prevê-se que os prémios dos seguros de saúde desapareçam. Nesta situação de tensão, o Parlamento quer fazer aprovar uma proposta de lei dupla que fará com que todos nós paguemos ainda mais – por pensões de reforma mais baixas. Num país onde as empresas obtêm lucros elevadíssimos, existem melhores formas de financiar uma boa pensão AHV-AVS para todos!

Não toquem nas nossas pensões de reforma! Precisamos de duas vezes NÃO no dia 25 de setembro: NÃO à proposta de reforma AHV-AVS 21 e NÃO ao aumento do IVA!

Todos os votos contam. Vota – ou se não tens direito de voto na Suíça, fala com colegas, amigos e familiares para que eles votem.

Editorial



Estimadas e estimados colegas,

O seguro AHV-AVS é o pilar mais justo e equilibrado do sistema de previdência suíço. Isto é em especial verdade para pessoas que não têm direito à caixa de pensões por terem trabalhado a tempo parcial para, por exemplo, tomar conta dos filhos ou cuidar de familiares doentes ou idosos. Uma em três mulheres não tem segundo pilar (caixa de pensões) e tem de se contentar com o AHV-AVS para viver depois da reforma.

No ano passado, o AHV-AVS teve um lucro de 2,6 mil milhões de francos. Ele não tem um problema estrutural de financiamento, ao contrário do que afirmam os políticos da direita. Estes querem fazer uma reforma do seguro AHV-AVS à custa das mulheres. Isto é injusto porque elas perdem o valor correspondente a um ano de pensões: as mulheres e as suas famílias pagarão 26 000 francos por este projeto de reforma. Mais ainda: este projeto é mais um passo em direção à reforma aos 67 anos para todos. Isto apesar de pessoas com idades entre os 55 e 65 anos já hoje estarem a ser empurradas para fora do mercado de trabalho.

A idade de reforma mais elevada terá consequências diretas sobre as já baixas pensões das mulheres. Mas também as pensões dos casais baixarão. E, paralelamente, o IVA deverá subir. Já estamos todos a ser confrontados com subidas de preços. Está já planeado um aumento significativo dos prémios do seguro de saúde. O aumento do IVA será mais uma sobrecarga para as famílias. Querem que paguemos mais e ao mesmo tempo reduzem as nossas pensões. Isto é inaceitável. Por isso, no dia 25 de setembro votamos duas vezes NÃO: contra o aumento da idade de reforma das mulheres e contra a subida do IVA.

Vania Alleva, presidente do Unia

Notícias breves

«Un Soin Juste» (um cuidado justo): Nova associação médica no Valais francófono

Boas notícias para as pessoas com condições de vida precárias e as suas famílias: um novo serviço móvel de cuidados da área da saúde oferece consultas gratuitas (ou por uns simbólicos 5 francos) a pessoas muito necessitadas, que não tenham seguro de saúde nem estadia legal ou habitação. A furgoneta da associação fica estacionada no parque de estacionamento Verso l'Alto em Sion e está aberta um dia por semana, com ou sem marcação, para quem necessita de cuidados médicos, ou de atendimento de clínica geral, psiquiátrico ou ginecológico. Mais informações na página de internet da associação: <https://unsoinjuste.ch>.

Vitória parcial nas obras de Genebra

Nas semanas de grande calor no verão, o Unia visitou umas 60 obras em Genebra e fez umas 30 denúncias à inspeção do trabalho. Isto porque, quando está demasiado calor, é desumano trabalhar ao ar livre, sobretudo quando se trabalha com asfalto a uma temperatura de 170 graus. Isto constitui um importante risco para a saúde. Já em finais de julho, o Unia Vaud tinha levantado alarme depois de ter falado com trabalhadores da construção. O sindicato denunciou a falta de água nas obras e o facto de não haver pausas suplementares em caso de calor elevado, constatando que só em 8% das obras no cantão os trabalhos tinham sido parados neste caso. Depois da intervenção do Unia, os trabalhos foram interrompidos em várias obras nas horas de maior calor. Em Genebra, a Inspeção Paritária de Empresas (IPE) decidiu interromper o trabalho a partir das 13h 00 numa obra em que, devido ao calor intenso, as condições de trabalho eram especialmente duras. Estes exemplos mostram que vale a pena lutar e denunciar abusos.

A filial de Migros Daily em Zurique tem de encerrar aos domingos



A cooperativa Migros de Zurique abriu há três anos uma filial da Migros Daily na rua Zollstrasse. Esta filial estava aberta ao domingo. A Secretaria Cantonal de Economia e Trabalho tinha autorizado a venda ao domingo porque a loja está perto da estação de comboios central de Zurique. No entanto, a loja Migros Daily não se encontra no espaço da estação. Por isso, o Unia considerou que essa decisão não estava conforme com a lei e conseguiu já em 2019 que a filial em causa encerrasse ao domingo. Em vez de aceitar a decisão, a Migros tentou fugir à lei argumentando que se tratava de uma filial sem pessoal. Equipou a filial com caixas automáticas e pôs guardas de segurança a realizar tarefas que estão reservadas ao pessoal de vendas. Os seguranças vigilavam o pagamento nas caixas, abriam e fechavam a loja, retiravam a mercadoria abandonada e limpavam o chão. O Tribunal, no entanto, não se deixou iludir e percebeu na estratégia da Migros uma tentativa de contornar a proibição de trabalhar ao domingo utilizando pessoal de segurança. A sentença do Tribunal Administrativo ditada em maio de 2022, que passou agora em julgado, põe fim a um litígio que durou vários anos. Além disso, dá um sinal significativo a diversos estabelecimentos que tentam, por todos os meios, contornar a proibição de trabalhar ao domingo.

Ramos de carroçarias e cabeleireiros

Um CTT melhor e salários mais altos

As boas notícias primeiro: não há mais salários abaixo de CHF 4000 no ramo de carroçarias e no ramo de cabeleireiros houve aumentos salariais. No entanto, neste último ramo, os salários permanecem baixos e as condições de trabalho difíceis. São necessárias soluções para que as pessoas não abandonem o ramo profissional dos cabeleireiros.

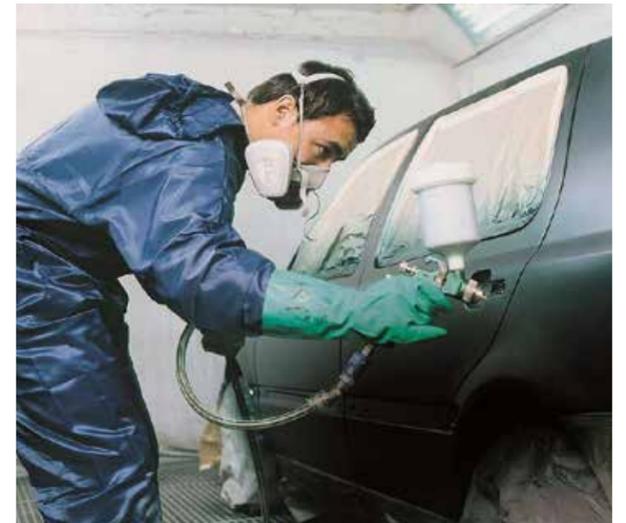
Hilmi Gashi

O Unia luta continuamente por melhores condições de trabalho e salários mais altos. Desde julho está em vigor um novo contrato coletivo de trabalho para o ramo de carroçarias/bate-chapas, que vai ser declarado obrigatório pelo Conselho Federal. O CTT estipula: nenhum salário inferior a 4000 francos e um aumento salarial de 60 francos para todos que ganham até 6300 francos por mês. Para que os salários chegassem aos 4000, os salários mínimos foram aumentados em 350 francos. Também houve melhorias para os trabalhadores com mais de 58 anos de idade: eles têm agora um período de pré-aviso de 4 meses. Assim que o Conselho Federal declarar que o contrato é de força obrigatória, ele será aplicado também às empresas que não são membros da associação patronal do ramo.

Cabeleireiros: salários mínimos mais altos

A partir do próximo ano, os salários mínimos dos cabeleireiros e cabeleireiras também serão aumentados em 50 francos. Mas este aumento salarial é insuficiente e é preciso fazer mais para manter as pessoas no ramo profissional. Além dos salários baixos, as condições de trabalho no ramo são más e o trabalho é árduo. Cabeleireiros e cabeleireiras manipulam substâncias nocivas à saúde e muitas vezes trabalham sem pausas durante longas jornadas de trabalho. Como resultado, muitos deles estão deixando o ramo e se reorientando profissionalmente.

Está claro para todos que é necessário um contrato coletivo de trabalho melhor. É por isso que o Unia e a associação patronal Coiffure Suisse concordaram em renegociar o CCT nos próximos meses. Juntamente com o Unia, as cabeleireiras e os cabeleireiros exigem melhores salários e condições de trabalho que lhes permitam alcançar um equilíbrio entre o trabalho e a vida privada.



Cabeleireiros exigem melhores salários... Por seu lado, no ramo de carroçarias há bons aumentos salariais

Desigualdade salarial a crescer na Suíça

São necessários aumentos gerais de salários

O estudo do Unia sobre as diferenças salariais mostra que a desigualdade está aumentando na Suíça. A inflação agrava ainda mais este problema. Para fazer face a isto, é imperativo aumentar os salários.

Noémie Zurlinden

Gerentes e acionistas enriquecem

No estudo sobre as diferenças salariais, o Unia mostra que nas maiores corporações suíças a desigualdade salarial aumentou. Em 2021, os diretores ganharam em média 141 vezes mais do que os trabalhadores com os salários mais baixos na mesma empresa. Em 2020 foi 136 vezes mais.

Além disso, as empresas distribuíram um total de 42 bilhões de francos em dividendos aos seus acionistas. Além disso, 40 bilhões foram gastos em recompras de ações – 56% a mais do que em 2020.

Aumento da desigualdade salarial

A desigualdade não está aumentando apenas nas maiores empresas, mas em toda a Suíça. Os 10% dos salários mais baixos praticamente estagnaram entre 2016 e 2020, enquanto os salários dos altos executivos aumentaram 12%. Os salários médios também pouco evoluíram, embora os trabalhadores se tenham tornado mais produtivos. Se levarmos em conta a inflação, os salários médios até estagnaram – por isso, o poder de compra dos trabalhadores não aumenta há anos.

Aumentos salariais contra consequências da inflação

Se os salários não forem aumentados este ano, o poder de compra dos trabalhadores com rendimentos baixos e médios, em particular, poderá ser drasticamente reduzido, devido à inflação e ao aumento esperado nos prémios do seguro de saúde.

Para reduzir a crescente desigualdade salarial nas maiores empresas suíças e na economia como um todo, são necessários aumentos salariais gerais. Após a forte recuperação económica que se seguiu à pandemia, as empresas têm de cumprir a sua responsabilidade social – e não apenas a sua responsabilidade para com os acionistas.



Os acionistas recebem dividendos sem se cansar e os outros têm cada vez menos

1 de outubro: Dia Internacional das Pessoas Idosas

Uma vida digna para os idosos!

No contexto do «Dia Internacional das Pessoas Idosas» a 1 de outubro é importante refletir sobre os problemas e as necessidades que as pessoas idosas têm na Suíça e na Europa. A FERPA (Federação Europeia de Pensionistas e Idosos) lista em seu MANIFESTO necessidades e identifica lacunas que precisam de ser preenchidas.

Paola Ferro e Dario Mordasini, delegados do Unia na FERPA

O número de pessoas idosas na Europa está a aumentar. Só na Suíça, há quase 2,5 milhões de pessoas que recebem uma pensão do AHV-AVS (seguro de velhice e sobrevivência). Não surpreende, portanto, que muitos dos temas atuais sobre os quais o Unia trabalha na linha da frente se relacionem com questões de idade (cuidados, reformas, etc.).

MANIFESTO pelos direitos dos idosos

Sob a influência da pandemia, a FERPA – também com a participação do Unia – publicou um MANIFESTO em que fez um balanço da situação atual a nível europeu e identificou as necessidades das pessoas idosas: o combate à pobreza em todas as

suas formas; o direito a reformas adequadas, levando em conta as especificidades de género; o direito a cuidados de saúde de longo prazo, acessíveis e adequados; o direito a uma habitação saudável e digna; o direito à inclusão social e à plena participação dos idosos na vida social, política e cultural no espírito da intergeracionalidade. Este importante documento foi enviado a diversas instituições europeias.

Combate à pobreza na velhice

Na Suíça, os pensionistas, especialmente as mulheres, são particularmente afetados pela pobreza. Muitas pessoas têm que recorrer a prestações complementares para fazer face às despesas. Com a inflação e o fantasma da escassez de energia a pairar no ar,

as elevadas contas de eletricidade pesarão muito nos orçamentos dos reformados. Os problemas descritos afetam fortemente os migrantes que já atingiram a idade da reforma ou que a atingirão nos próximos anos.

Portanto, há muitas razões para apoiar os esforços do movimento sindical suíço para melhorar o primeiro (AHV-AVS) e o segundo pilar, a fim de termos melhores reformas. O objetivo é permitir que todas as mulheres e homens idosos, independentemente do seu país de origem, vivam em dignidade.

Leia aqui o MANIFESTO: <https://ferpa.org/news/ferpas-manifesto/>



O Grupo de Interesse Reformados do Unia participa ativamente em ações e outras atividades. Aqui no 1.º de Maio em Zurique

Unia dá a palavra a migrantes

Democracia no trabalho

Sindicato também significa participação, seja qual for a nacionalidade. O Unia, como maior organização de migrantes na Suíça, decidiu também dar a palavra aos trabalhadores que não podem votar no dia 25 de setembro para impedir o AHV-AVS 21. Este projeto de reforma significa uma degradação das pensões e afeta os migrantes diretamente. Seria, por isso, mais do que justo que eles também tivessem uma palavra a dizer.

Mattia Lento

No âmbito de uma semana nacional de ação contra a revisão AHV-AVS 21, o Unia do Ticino e Moesa realizou, de 22 a 27 de agosto de 2022, uma consulta aos trabalhadores para que estes pudessem expressar a sua opinião sobre esta importante questão. A ação intitulou-se «Democracia no trabalho: ouvindo todos os trabalhadores e trabalhadoras sobre o AHV-AVS 21». Nesta ação foram especialmente consultadas mulheres, que são as mais afetadas pela revisão.

Porquê não à AHV-AVS 21

A revisão AHV-AVS 21 quer que as mulheres trabalhem mais um ano e irá privá-las de 26 000 francos de pensão de reforma. É uma bofetada na cara das mulheres trabalhadoras dada pelos partidos da direita e pelas companhias de seguros. Estes pretendem um sistema de pensões o mais privatizado possível. Já hoje em dia, as pensões de reforma não são suficientes para fazer face às despesas, especialmente para as mulheres. Devido à desigualdade salarial e porque trabalham mais a tempo parcial, as mulheres recebem pensões muito mais baixas. Cerca de um terço das mulheres vive apenas do AHV-AVS depois de passar à reforma. Muitas são obrigadas a viver na pobreza. A solução seria reforçar o primeiro pilar, mas em vez disso o Parlamento quer poupar 7 mil milhões à custa das

mulheres. Estes cortes do AHV-AVS também afetam os homens. Isto porque a revisão AHV-AVS 21 é, de facto, o primeiro passo para um aumento geral da idade da reforma para 67 anos ou mais, para todos os cidadãos. O aumento da idade da reforma não traz soluções, pelo contrário, iria condenar as pessoas ao desemprego na velhice e a dependerem de ajuda social.



Ação contra a AHV-AVS 21, aqui noutra região

Entrevista a Hilmi Gashi



«Participar na democracia»

O Unia realiza no próximo dia 24 de setembro um encontro dos Grupos de Interesse intitulado «Não há democracia sem participação de migrantes». O Horizonte falou com Hilmi Gashi, responsável pelos Grupos de Interesse do Unia, sobre o que é democracia, porque existe na Suíça um défice democrático e o que faz o Unia para mudar isto.

Hilmi, o que é para ti democracia?

A democracia define-se como uma forma de vida política em que o povo participa na governação do país. Isto pode ter formas diferentes. A eleição de um Parlamento, que aprova as leis em nome do povo, é a mais comum. Em algumas democracias o povo tem mais instrumentos e possibilidades de exercer a sua influência através, por exemplo, do lançamento de referendos ou de iniciativas populares.

Numa democracia, todas as pessoas podem participar?

Lamentavelmente não. Por norma, é uma maioria que decide sobre quem deve fazer parte do Parlamento e que leis se aplicam ao conjunto da sociedade. A minoria – em grande parte migrantes, mas também jovens menores de 18 anos ou pessoas com incapacidade psíquica –, é frequentemente excluída ou não é consultada. A maioria nega-lhes o direito de participação política, como demonstram os resultados de votações em vários cantões suíços sobre o direito de voto de pessoas estrangeiras.

A Suíça também funciona assim?

A Suíça tem uma democracia direta. Ela dá mais possibilidades de participação política, mas só para as pessoas com direito de votar e ser eleitas. Só quem tem a nacionalidade suíça pode eleger os seus representantes no Parlamento, apresentar um referendo contra uma lei ou lançar uma iniciativa. Isto exclui um quarto da população da possibilidade de participação democrática. As pessoas migrantes – ainda que tenham nascido e crescido na Suíça – conhecem muito bem o sistema político, mas não podem eleger os seus representantes no Parlamento, nem opor-se politicamente a leis ou alterações constitucionais discriminatórias. Até 1971, as mulheres suíças partilhavam este destino com as pessoas migrantes. Só há 51 anos é que os homens suíços concederam às mulheres o direito de voto e de se apresentar a eleições. Para o conseguir, as mulheres tiveram de levar a cabo uma longa luta pelos seus direitos.

O que é necessário mudar?

As pessoas migrantes contribuem de forma substancial para o bem-estar da sociedade, tanto do ponto de vista cultural como económico. Pagam impostos, mas não têm nada a dizer na hora de se decidir sobre a utilização dos mesmos. Descontam para os seguros sociais, mas não podem votar sobre o aumento da idade da reforma das mulheres ou sobre a subida do IVA. Têm deveres, mas nenhuns direitos políticos. Isto é indigno de uma democracia. Porque uma democracia que exclui um quarto da população da participação política, não é uma democracia plena. Segundo a Constituição Federal, a força do povo mede-se pelo bem-estar das pessoas mais vulneráveis. Mas muitas destas nada podem dizer sobre as leis que as afetam.

E o que faz o Unia para mudar isto?

O Unia é uma organização forte, também graças às pessoas migrantes e ao facto de todas as pessoas filiadas no Unia – independentemente da cor do seu passaporte – terem voz e poderem exercer a sua influência, de maneira direta, através dos diferentes órgãos sindicais. Essa é a nossa força. Mas nem todos no Unia estão automaticamente a favor dos direitos políticos das pessoas migrantes. Neste sentido, temos de trabalhar para conseguir que os nossos colegas suíços nos apoiem e participem no lançamento de uma possível iniciativa. Por isso, na nossa jornada do próximo dia 24 de setembro, convidamos todos os representantes dos Grupos de Interesse a debater e desenvolver ideias sobre como podemos fortalecer a democracia suíça. A luta emancipadora das mulheres e o Manifesto de «Aktion Vierviertel» (<https://aktionvierviertel.ch/>) podem servir-nos de inspiração.

Informações sobre a jornada de 24.9.22: <https://bit.ly/3wC8Hqt>

Emine Sariaslan

Pergunte, que nós respondemos

Dívidas: A caixa de desemprego pode transferir os meus subsídios diários para o serviço de execução de dívidas?

Estou desempregado e tenho dívidas. O serviço de execução de dívidas penhorou os meus subsídios diários. O que isto significa? A caixa de desemprego pode transferir os meus subsídios diários diretamente para o serviço de execução de dívidas?

Nicole Debrunner: Sim. A penhora de salários significa que o valor do salário que excede o nível mínimo de subsistência, de acordo com a Lei de Execução de Dívidas, é transferido diretamente pelo empregador para o serviço de execução. O nível mínimo de subsistência é fixado pelo serviço de execução de dívidas e é vinculativo. A penhora de salários pode durar no máximo um ano. No entanto, se as dívidas não tiverem sido pagas após esse período, o credor pode exigir a continuação da penhora. Desta forma, as penhoras salariais podem durar mais de um ano. Como o senhor está a receber subsídio de desemprego, a sua caixa de desemprego transferirá no futuro, diretamente para o serviço de execução de dívidas, a diferença entre o seu subsídio de desemprego e o nível mínimo de subsistência. Até novo aviso, o senhor receberá apenas o valor que garante o seu nível mínimo de subsistência. O serviço de execução de dívidas usará o dinheiro para pagar a totalidade ou parte da sua dívida. Se recebe subsídios diários apenas durante uma parte do mês, o nível mínimo de subsistência não será ajustado proporcionalmente. A penhora de rendimentos abrange simplesmente a parte dos rendimentos que excede o nível mínimo de subsistência mensal.

(Work, 1.7.22)

Divórcio: A caixa de desemprego pode transferir os pagamentos da pensão de alimentos diretamente para a minha ex-mulher?

Estou desempregado e em processo de divórcio. Agora o tribunal ordenou medidas cautelares: qualquer pessoa que me pague subsídios ou salário tem de pagar à minha ex-mulher, até um montante máximo, a parte dos meus rendimentos que exceda o meu nível mínimo de subsistência. Esse montante máximo corresponde ao valor da pensão de alimentos para a minha família. O desconto tem de ser feito de todos os meus componentes salariais, meus subsídios e rendimentos. A minha ex-mulher pediu agora à caixa de desemprego que lhe envie diretamente o pagamento da pensão de alimentos. A caixa de desemprego atenderá o pedido?

Nicole Debrunner: Sim. A sua ex-mulher apresentou um pedido à caixa de desemprego para o pagamento da pensão de alimentos a um terceiro (ela própria). Há uma ordem judicial declarando que pessoas que lhe devem dinheiro têm de transferir os pagamentos até um determinado valor para a sua ex-mulher. A caixa de desemprego é um destes devedores no sentido da decisão judicial e é expressamente mencionado na mesma. Enquanto a ordem judicial for válida, a caixa de desemprego tem de transferir diretamente para a sua ex-mulher o seu subsídio de desemprego que ultrapasse o nível mínimo de subsistência, até ao valor máximo mensal especificado. A caixa de desemprego verificará regularmente se a ordem judicial ainda é válida. No entanto, é aconselhável informar imediatamente a caixa de desemprego sobre todas as alterações para que os pagamentos sejam efetuados no valor correto. O subsídio de desemprego até ao valor do nível mínimo de subsistência e o que sobrar após o pagamento da pensão de alimentos continuarão a ser-lhe pagos diretamente.

(Work, 1.7.22)

Trabalho de pais e mães ao domingo: o que se aplica na hotelaria e restauração?

O meu marido e eu trabalhamos no quiosque de uma estação e temos um domingo de folga por mês. Agora o meu marido quer mudar para a hotelaria. Mas um amigo que trabalha no ramo disse que só tem quatro domingos de folga por ano. Como temos dois filhos em idade escolar, gostaria que o meu marido continuasse a ter folga um domingo por mês. Ele pode pedir isso?

Myriam Muff: Sim. De acordo com o Decreto 2 da Lei do Trabalho, os trabalhadores da hotelaria e restauração com responsabilidades educacionais têm direito a pelo menos doze domingos de folga por ano. Os pais com filhos até 15 anos são considerados responsáveis pela educação dos filhos. Se o amigo do seu marido só tem quatro domingos de folga por ano, é provável que não tenha filhos ou que os filhos tenham mais de 15 anos. Nesse caso, é permitido conceder aos trabalhadores apenas quatro domingos de folga por ano. Desde que não tenham de trabalhar em média mais do que cinco dias por semana.

Para si como trabalhadora de um quiosque na estação, não importa a idade dos seus filhos. Ao contrário dos trabalhadores do ramo da hotelaria e restauração, tem direito a doze domingos de folga por ano independentemente de ter ou não obrigações educacionais.

(Work, 19.8.22)

Curso da construção em Portugal: inscrições abertas
Uma formação que vale a pena!

Quer melhorar a sua situação profissional no sector da construção? Faça uma formação em Portugal em janeiro e fevereiro de 2023. A formação abre novas oportunidades profissionais.

Marília Mendes

O curso do «Projecto Portugal» que se realiza em Avioso, perto do Porto é organizado pelo Parifonds, fundo paritário da construção civil suíça. Podem frequentá-lo trabalhadores de língua portuguesa.

O sector precisa de mão-de-obra qualificada

Esta é uma excelente oportunidade para os trabalhadores da construção se qualificarem. O sector necessita de trabalhadores estrangeiros e de mão-de-obra qualificada. Por isso, este curso realiza-se desde 1982 e já milhares de trabalhadores o frequentaram com sucesso. A formação abre novas oportunidades profissionais e contribui para uma maior autoconfiança dos trabalhadores.

Objetivos desta formação profissional

Os trabalhadores aprofundam os conhecimentos de métodos e materiais da construção suíça. O curso tem partes teóricas (leitura de planos, cálculos, etc.) e práticas: alvenaria, cofragens, canalizações e entivações, além de segurança no trabalho.

Condições para a participação

- Ter trabalhado no mínimo 6 meses na construção na Suíça nos 12 meses anteriores à frequência do curso.
- Ter conhecimentos suficientes de português (ler e escrever).

Vantagens da formação

- A formação confere um certificado de trabalhador especializado. O trabalhador passa para a categoria salarial A.
- O trabalhador recebe um subsídio diário de CHF 200.- por cada dia de curso frequentado como compensação para a perda de salário, desde que a sua empresa seja associada do Parifonds e o trabalhador tenha terminado o curso sem faltas injustificadas.

Trabalhadores de agências de trabalho temporário

Quem trabalha para uma agência de trabalho temporário também pode fazer o curso, mas sob condições específicas. A agência tem de fazer um requerimento ao fundo paritário de trabalho temporário, temptraining, e obter da Sociedade Suíça de Empresários da Construção autorização para a participação. Além disso, o trabalhador recebe menos compensação pela perda de salário.

As inscrições são feitas pelo empregador.
Prazo: terça-feira, dia 1 de novembro de 2022

Fichas de inscrição em:

<https://baumeister.swiss/bildung/weiterbildung-und-kurse/#kurse> ou <https://baumeister.swiss/fr/formation/formation-continue-et-cours/#cours>.

Mais informações no seu secretariado Unia ou através de migration@unia.ch.

O curso de 2023 terá lugar de 2 de janeiro a 24 de fevereiro no centro de formação CICCOPN em Avioso, no Porto. Página web: **CICCOPN - Formação Profissional**.



Segurança Social portuguesa: como proceder

Pedido de Declaração Anual de Pensões de Sobrevivência

Necessita de uma Declaração Anual de Pensões ou de uma Declaração Contributiva (tempo de descontos)? O seu pedido poderá ser efetuado através do preenchimento do modelo MG5 (ver exemplo ao lado), que deverá ser preenchido, datado, assinado e enviado através do endereço eletrónico: adido-ss-suica@seg-social.pt.

Deve juntar o seguinte documento: fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte), a fim de ser verificada a autenticidade da mesma. O modelo MG5 está disponível no site da segurança social, através do link: <http://www.seg-social.pt/formularios?kw=MG5>.